



IDENTIFICAR E PROMOVER O ACESSO À DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA EM ARQUIVOS: INICIATIVAS DE RECENSEAMENTO, LEVANTAMENTO E REGISTO A NÍVEL INTERNACIONAL

Susana Sofia Cunha, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ORCID 0000-0003-4444-4319, Portugal, susana.cunha@student.fl.uc.pt ⁱ

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

1 Introdução

Desde a sua invenção que a fotografia se tornou objeto de “acumulação” por parte de indivíduos, famílias e instituições: as imagens foram sendo recolhidas por viajantes que captavam cenas e paisagens exóticas, os retratos passam a ser itens colecionáveis e espécies mais antigas, como daguerreótipos e ambrótipos, entre outras, passam a ser objeto de coleção. Também no universo dos arquivos existe referência, pelo menos desde 1840, à utilização de registos fotográficos por diversas instituições no decurso das suas atividades práticas e administrativas, mudando-lhe o estatuto e conferindo-lhe o valor de evidência e prova. Desde a segunda metade do século XIX que a fotografia era utilizada pela polícia (como prova, registo e auxiliar na identificação de criminosos), acompanhava as expedições e ficava à guarda de sociedades etnográficas, estava integrada na prática da medicina enquanto arquivo de tratamentos e desenvolvimento de patologias e era largamente utilizada em áreas como a arqueologia e a arquitetura (Agustín Lacruz & Torregrosa Carmona, 2019). Aumentam, assim, os arquivos pessoais e profissionais dedicados a diferentes ramos da ciência, as instituições criam os seus arquivos especializados, desenvolvem-se os arquivos de imprensa e surgem as instituições associativas de encorajamento e disseminação da prática

fotográfica, passando esta para o domínio da esfera pública, com a sua consequente popularização. Não é de admirar, assim, que o aumento substancial de fotografias em circulação e as coleções guardadas e custodiadas por inúmeras instituições abram espaço para o debate e preocupação quanto à sua preservação, estudo e divulgação um pouco por todo o mundo.

O Congresso Internacional de Paris do *International Council on Archives* - ICA (1988) veio corroborar a percepção de que as fotografias, enquanto documento, estavam vinculadas maioritariamente a arquivos: embora a fotografia esteja presente em quase todas as atividades sociais e, independentemente da sua função, suporte e condição, o documento fotográfico possa pertencer a qualquer tipo de instituição (Salvador Benítez, 2005), é a denominação “arquivo fotográfico” que surge em detrimento de outras instituições de memória como bibliotecas ou museus (Heredia Herrera, 2016).

Em 2009, membros do ICA reuniram em Paris para avaliar o estado da situação do património fotográfico e audiovisual nos arquivos não especializados e tentar perceber quais seriam as carências mais urgentes. Desde logo se percebeu que era necessário chegar a consenso acerca do que nos diferentes países se considerava património audiovisual e património fotográfico (Boadas i Raset, 2021).

O documento elaborado na sequência desta reunião propunha que se considerasse património fotográfico os documentos fotográficos (desde os primórdios da fotografia, incluindo mesmo espécies experimentais, até à mais inovadora forma de fotografia digital) e os documentos textuais vinculados à fotografia, como sejam livros de registo de fotografias e contabilidade, textos técnicos, correspondência, faturas, listas de compra de materiais, documentação pessoal do fotógrafo, prémios recebidos, etc. Por património audiovisual entendia-se documentos cinematográficos, videográficos e imagens em movimento em suporte analógico ou digital, documentos sonoros, guiões e demais documentação textual, material de cenografia e fotografias vinculadas aos documentos audiovisuais. Rapidamente constataram que as organizações que integravam o *Coordinating Council of Audiovisual Archives Association* (CCAAA) se ocupavam, maioritariamente, da gestão do património audiovisual relacionado com documentos cinematográficos, videográficos e sonoros, não existindo, para o património fotográfico, uma organização de âmbito mundial que se dedicasse a delinear estratégias para a melhoria da sua gestão.

Conhecem-se, internacionalmente, várias instituições que albergam valiosas coleções ou fundos fotográficos, trazidos à luz por publicações e exposições (fixas ou itinerantes), dependentes não raras vezes de orçamentos que variam de instituição para instituição, bem como de apoios governamentais ou mecenato. Ficam de fora do conhecimento público um sem número de instituições e respetivos espólios de menor dimensão mas de igual interesse cultural, científico e académico, daí que Sánchez Vigil (2014) reforce a importância e necessidade de efetuar censos oficiais sobre fundos e coleções fotográficas nos diferentes países, bem como de lançar as bases para um guia internacional que permita conhecer o volume e a tipologia desses documentos. Partindo da questão “que conhecimento temos das coleções e fundos fotográficos existentes em cada país?” e tentando trazer um contributo útil e consistente à área de estudo,

o objetivo geral deste trabalho consiste em elaborar um estado da arte acerca da identificação e análise de iniciativas de recenseamento, levantamento e registo, a nível internacional, de instituições detentoras de documentação fotográfica

2 Referencial Teórico

A produção teórica no âmbito da história e da técnica da fotografia a nível mundial tem trazido contributos importantes e permite a contextualização e evolução deste fenómeno nos diversos países. São, também, numerosas as publicações dedicadas a fotógrafos ou movimentos cujos espólios se conservam em instituições públicas e privadas, contribuindo para um conhecimento, a nível mundial dos maiores nomes da fotografia, suas influências e projeção. A identificação de fundos e coleções fotográficas a nível internacional tem sido preocupação e objeto de estudo de alguns organismos e grupos de trabalho, sobretudo no que diz respeito a questões de conservação e preservação. Nesse sentido, foram já desenvolvidos esforços para recenseamentos, coletivos ou individuais, em vários países.

No âmbito do projeto *European Visual Archive* (EVA), financiado pelo Programa Info2000 da União Europeia, o SEPIA (*Safeguarding European Photographic Images for Access*) desenvolveu um projeto para promover a necessidade de conservação de coleções de fotografia, disponibilizar formação e desenvolver uma rede de trabalho para futuros projetos na área. Entre dezembro de 1998 e fevereiro de 2000 foi distribuído um questionário a 300 instituições europeias que preservam fotografias, entre arquivos, bibliotecas, museus e outras instituições de memória. As 141 respostas obtidas deram origem a um relatório cujos resultados, não sendo conclusivos acerca de todas as instituições europeias nem nos permitindo identificar vantagens e desvantagens por país, funciona como indicador de tendências e como ilustrativo da situação no início do século XXI (Klijn & Lusenet, 2000).

Da já mencionada reunião de Paris do ICA, em 2009, resultou a criação do *Photographic*

and Audiovisual Archives Working Group (ICA/PAAG), um grupo de trabalho formado por especialistas que desenvolveram um modo geral de atuação com o objetivo de estabelecer as orientações básicas para a intervenção em fundos fotográficos e audiovisuais; oferecer aos arquivistas ferramentas de trabalho para desenvolver tarefas de descrição, conservação e digitalização; promover atividades e recursos formativos e criar um espaço virtual para a comunicação e difusão de recursos entre profissionais (Boadas i Raset, 2021; *Photographic and Audiovisual Archives Working Group - PAAG*, sem data). O plano de trabalho do PAAG reconhecia a necessidade de compilar e analisar os levantamentos já realizados por diversas instituições para chegar a um ponto de situação, detetar as fraquezas dos arquivos e determinar pontos fortes. Ressalvava, também, a necessidade de criação de uma base de dados bibliográfica e criação de ferramentas de gestão que pudesse ser aplicadas diretamente nos arquivos. Hoje, a página do ICA disponibiliza uma série de recursos à comunidade arquivística internacional, a fim de contribuir para uma melhor gestão do património fotográfico e audiovisual, sobretudo naquelas instituições em que esta documentação convive com outras tipologias documentais.

No que respeita a iniciativas próprias, encontrámos informação que nos permite perceber, com maior ou menor detalhe, levantamentos levados a cabo por alguns países.

Em França, as preocupações acerca da preservação da fotografia remontam à década de 40 do século XX: em 1947 realizou-se uma pesquisa sobre fotografia em serviços públicos e em 1949 é publicado o primeiro relatório nacional de coleções fotográficas, tendo sido identificadas 228 (Heredia Herrera, 2016).

Criado pelo governo do Reino Unido em 2003, o *The National Archives* elaborou um recenseamento dos arquivos e suas instituições detentoras, procurando organizar e centralizar o universo arquivístico do país, ao mesmo tempo que estabelece regras para a normalização do tratamento e acesso à informação e apoia a inovação, investigação e

implementação de boas práticas (Pereira, 2018). O catálogo engloba mais de 2500 instituições e, embora não seja específico para fotografia, permite pesquisar as coleções fotográficas (quando identificadas) e obter um breve resumo dos conteúdos e informações biográficas: uma pesquisa efetuada em dezembro de 2023 permitiu identificar 554 instituições públicas e privadas com documentação fotográfica (*The National Archives*, sem data).

Em Espanha, em 1977, sob a tutela do *Ministério de Educación, Cultura y Deporte*, é criado o *Centro de Información Documental de Archivos* (CIDA), que tinha como uma das suas missões elaborar um guia dos arquivos espanhóis. Cerca de uma década depois, em 1985, a Lei do Património Histórico Espanhol determina que seja elaborado o recenseamento do património documental, o que resulta em vários censos-guias por parte das administrações regionais e autónomas durante as décadas de 1980 e 1990 (Pereira, 2018). Em 1994 amplia-se o âmbito geográfico e o guia converte-se no *Censo-Guia de Archivos de España e Iberoamérica* (CGAEI). A partir de 2011 o CGAEI tornou-se eletrónico e disponível online e dele constam os diretórios dos arquivos de Espanha e da Ibero-América, permitindo a localização imediata dos centros de arquivo, fundos e coleções que conservam e os serviços que prestam (Centro de Información Documental de Archivos, 2014). Em 2014 estavam recenseados cerca de 50 000 arquivos sendo que 35 000 se situavam em Espanha e 15 000 na Ibero América; dos espanhóis, 110 conservavam fundos fotográficos. No âmbito desta investigação foi feita uma consulta ao CGAEI o que nos permitiu contabilizar 53 279 arquivos: 36 427 de Espanha, 18 846 da Ibero América e seis de Portugal (*Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica*, sem data).

Não obstante a elaboração e constante atualização do CGAEI, várias iniciativas para recensear a documentação fotográfica espanhola foram sendo levadas a cabo: em 1992 a Associação de Arquivistas da Catalunha elaborou um censo para conhecer a situação da documentação fotográfica na província de

Barcelona (Heredia Herrera, 2016); em 1998 foi publicado o *Inventari d'arxius fotogràfics de Catalunya* (Blanch, 1998, citado por Sánchez Vigil et al., 2023), que permitiu identificar 170 fundos em arquivos fotográficos públicos e privados da Catalunha e em 1999 o *Centre de Recerca i difusió de la Imatge* de Girona elaborou um guia inventário dos fundos e coleções fotográficas de instituições pública e privadas, o *Girona, guía de fondos en imatge* (Boadas & Casellas, 1999, citado por Sánchez Vigil et al., 2023).

O dFoto – *Directorio de fondos y colecciones de fotografía en España* (criado em 2010) pretendia reunir, num único portal de acesso, instituições que custodiavam coleções fotográficas históricas e contemporâneas e os seus objetivos concorrem para organizar e homogeneizar a informação das instituições, divulgar o património e dar visibilidade aos fundos e instituições. Incorpora informação de centros sob alcada do Ministério da Educação, Cultura e Desporto espanhol, arquivos municipais e das delegações provinciais, arquivos históricos provinciais e coleções privadas (Sánchez Vigil et al., 2023).

Em 2014 Carmelo Veja elabora o *Guía-inventario de fondos y colecciones de fotografía de Canarias*, cujos objetivos consistiam em localizar, estudar e classificar o conjunto de fundos e coleções fotográficas existentes nas Canárias, conhecer os temas desses fundos e coleções, onde se guardam e qual o seu estado de conservação, com a finalidade de avaliar a magnitude do património fotográfico, difundir essa informação junto de instituições e investigadores e favorecer e facilitar futuras intervenções (Sánchez Vigil et al., 2023).

Numa retrospectiva para analisar o estado da questão espanhola entre os anos 2000 e 2014, Salvador Benítez (2014) revela a existência de uma incalculável quantidade de originais em diversos suportes, dispersos por fundos e coleções em instituições públicas e privadas, alertando para a falta de coordenação em matéria de recuperação, conservação e difusão deste património, entendendo como prioritário a elaboração de um censo do património fotográfico espanhol. Algumas iniciativas de guias e inventários de

fundos e coleções fotográficas já tinham vindo a público e traziam conhecimento nesta matéria, nomeadamente o *Censo-guia de archivos e colecciones fotográficas de Álava* (Aróstegui, 1988), *150 años de fotografía en la Biblioteca Nacional. Guía inventario de los fondos* (Kurtz y Ortega, 1989), *Guía d'arxius, col·lecció i fons fotogràfics i cinematogràfics de les Balears* (Aguillo y Mulet, 2004) (citados por Salvador Benítez, 2014) e os já mencionados trabalhos de Blanch (1998), Boadas & Casellas (1999) e Veja (2014), citados por Sánchez Vigil et al. (2023), entre outros.

Heredia Herrera (2016) coordenou um inquérito dirigido aos centros de documentação de instituições públicas da Andaluzia (relativo a oito províncias), procurando saber que tipo de entidades ou instituições detinham documentação fotográfica (arquivos, museus, bibliotecas, hemerotecas), qual o volume dessa documentação e aspectos relacionados com a gestão da informação, tratamento e difusão da documentação. Das 123 respostas recebidas (num total de 340 inquéritos enviados), apenas 45 referiram ter documentação fotográfica à sua guarda. A autora questiona se este número tão reduzido de instituições com fotografia se possa dever a estas considerarem como não existente as coleções não tratadas ou anexas a outra documentação (como por exemplo, processos de obras).

Em Itália, o *Censimento delle Raccolte fotografiche*, criado em 2015, visava identificar instituições que detêm coleções ou arquivos fotográficos, incluindo fotografia contemporânea, no sentido de elaborar políticas para a sua proteção e valorização. Resulta do trabalho conjunto entre o *Istituto centrale per il catalogo e la documentazione del Ministero dei beni e delle attività culturali, do Turismo e Camera – Centro italiano per la fotografia* e da *Direzione generale Arte e architettura contemporanee e periferie urbane*, no sentido de criar um portal web dedicado à partilha, consulta e estudo de acervos fotográficos, proporcionando maior visibilidade (sobretudo aquelas instituições com menos recursos próprios). Este censo nasceu no espírito do *open data*,

nomeadamente no que respeita ao compartilhamento e reutilização dos dados, de acordo com licenças *Creative Commons*. O censo, sempre em atualização, reúne já 354 entidades, o que se traduz em 487 coleções fotográficas e 1378 fundos (*Censoamento Fotografia Itália*, sem data).

No que respeita a Portugal, Cunha (2024) fez um levantamento dos projetos e iniciativas de recenseamento de arquivos fotográficos a nível nacional em instituições portuguesas, públicas e privadas, que permite aferir algumas conclusões quanto aos procedimentos de gestão e organização desta documentação. O mais antigo será o elaborado no âmbito do projeto MAP-TV – *Mémoires-Archives Programmes de TV*, um clube que agregava produtores independentes e detentores de arquivos audiovisuais europeus (patrocinado pela União Europeia e pelo Conselho da Europa). Coube aos arquivos audiovisuais da RTP a promoção e recolha de dados relativos aos arquivos nacionais (tarefa desenvolvida entre 1993 e 1995), localizando e descrevendo 151 arquivos públicos e privados, profissionais e amadores, inventariados e tratados ou simplesmente acumulados. A autora refere, ainda, outros levantamentos efetuados, como o de Dias (2012), que traçou um diagnóstico ao estado geral do património arquivístico de natureza fotográfica à guarda dos Centros Especializados de Arquivo (CEA) em Portugal, nomeadamente os Arquivos Nacionais e Distritais pertencentes à DGARQ. Para este diagnóstico foram inquiridas 20 instituições, das quais apenas oito afirmaram possuir documentação fotográfica. Dias colocou, à data, algumas dúvidas acerca da inexistência de documentação fotográfica, ainda que pontual, nas restantes instituições (como, por exemplo, documentação fotográfica inserida em processos de obras). Cunha (2024) refere, também, os trabalhos de Castro (2014), que faz um levantamento dos arquivos fotográficos existentes em Portugal, sendo que a sua identificação se centra naqueles cuja nomenclatura para isso remete e para as instituições públicas e privadas de renome, identificando nove, entre arquivos nacionais e de âmbito municipal, públicos e privados; o de

Guimarães e Paz (2014), que com o objetivo de diagnosticar arquivos das casas-museu em Portugal, selecionam as 30 que dispõem de arquivo e identificam documentação fotográfica em 17, não fazendo, no entanto, qualquer referência ao seu estado de conservação ou procedimentos ao nível da gestão documental; o de Pereira (2018), um investigaçāo sobre a preservação de arquivos pessoais em instituições de memória em que a autora identifica 376 entidades detentoras de arquivos pessoais, resultando num universo de 3850 arquivos, incluindo arquivos pessoais de fotógrafos e instituições que detêm documentação fotográfica, permitindo conhecer 228 entidades com acervos fotográficos, e o de Miranda (2022), cujo objetivo era dar a conhecer a condição atual da fotografia à guarda dos arquivos municipais em Portugal, bem como o papel dos seus profissionais na gestão da informação, tendo revelado que apenas 39 afirmavam ter à sua guarda documentação fotográfica, embora não seja claro se as restantes não possuem, de todo, esta tipologia documental ou se esta não está ainda tratada. Estes levantamentos permitiram identificar cerca de 330 instituições que guardam documentação fotográfica, entre arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, públicos ou privados, carecendo de alguma atualização quanto à sua dimensão, localização e manutenção em funcionamento.

Ainda no âmbito de portais *web* que disponibilizam conteúdos relacionados com o património cultural fotográfico europeu é fundamental mencionar o *Europeana Photography*, criado em 2012 para compilar coleções fotográficas datadas entre 1839 e 1939, o APEnet, portal de arquivos europeus com a participação das administrações de arquivos de 17 países da União Europeia e o *Europphoto*, o primeiro portal de fotojornalismo histórico financiado pelo programa de apoio a políticas TIC da União Europeia (Sánchez Vigil, 2014). De referir ainda Lázaro (2012), que apresenta um conjunto de sítios *Web* úteis para a investigação sobre fotografia, compilando informação sobre várias instituições e coleções já digitalizadas, a nível

mundial, sobretudo instituições de carácter público, nomeadamente o nome, a página web e em alguns casos notas sobre o acervo. São elencadas 162 instituições, com destaque para Espanha (86 instituições) e para os Estados Unidos da América (36 instituições).

Na América do Sul, é em meados das décadas de 1970 e 1980 que se iniciam as pesquisas de cunho científico acerca da fotografia, trabalho que ajudou a consciencializar o poder público e as instituições privadas no que diz respeito ao património fotográfico de cada um dos países. Identificamos contributos provenientes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai. O *BiblioFoto* de Donato e Lopez (2022) revestiu-se de extrema importância já que constitui um reportório bibliográfico de documentos fotográficos destes seis países da América do Sul.

A Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), dependente do Ministério da Cultura do Brasil, criou em 1984 o Instituto Nacional de Fotografia (INFoto) cujo objetivo era estabelecer uma política nacional de carácter global para a questão da fotografia. Em 1987 a mesma Fundação cria o Centro de Conservação e Preservação Fotográfica (CCPF) para a recuperação de fundos e coleções fotográficas públicas e privadas (Sánchez Vigil, 2014).

Em 2014 López e Madio traçaram como objetivo referenciar algumas das instituições brasileiras que conservam importantes coleções e fundos fotográficos. Conscientes de que se trata de uma seleção subjetiva e que muitas instituições ficariam de fora, a sua intenção era contemplar as principais instituições cujo acesso através da web estivesse operacional, de forma a permitir que qualquer utilizador, mesmo estrangeiro, pudesse conhecer as suas potencialidades (López & Madio, 2014). As 11 instituições referenciadas são do foro público e privado e oferecem um pequeno mosaico da situação no Brasil. Salientam a importância e necessidade de criar uma base de dados mais ampla para os arquivos fotográficos do país, contribuindo para a criação de modelos e uniformização para a organização, descrição e acesso à documentação.

No México inicia-se, em 1996, uma investigação para atualizar a informação constante da obra *Picture Collections: Mexico. A guide to picture sources in the United Mexican States* (1988), da autoria de Martha Davidson, um livro raro e desatualizado. Esta investigação vai resultar num Diretório de arquivos, fototecas e centros especializados em fotografia, editado pela CONACULTA (*Consejo Nacional para la Cultura y las Artes*) (González Reyes et al., 2001). Como referem os autores, não se pretendia uma lista exaustiva de instituições, mas antes uma ferramenta de trabalho. O diretório apresentava 106 instituições, sendo que 20 eram arquivos municipais e estatais, 11 eram arquivos fotográficos e fototecas e as restantes arquivos privados (seis), bibliotecas (quatro), centros culturais (cinco), centros de documentação e informação (quatro), cinematecas e filmotecas (três), museus e galerias (17), arquivos de colégios, escolas, universidades, institutos e centros de investigação (16), entre outras tipologias (20). Dez anos depois, e partindo deste Diretório, é realizado um novo estudo que procura dar um panorama geral de 71 instituições mexicanas que conservam documentação fotográfica (selecionadas entre as 106 através do método probabilístico): o objetivo consistia em conhecer a sua distribuição pelo país, como estavam organizadas, de que recursos humanos e económicos dispunham, quais os serviços que ofereciam e que tipo de utilizadores atendiam (Ramos Fandiño & Gutiérrez Chinas, 2011). Ángeles Jiménez (2014) reforça que a comunidade mexicana que envolve tanto os arquivos como os profissionais que se dedicam à imagem fotográfica é dinâmica e em processo de consolidação. Uma nova abordagem sobre o Diretório permite aferir que, até 2010, as instituições registadas somam cerca de 18 milhões de fotografias.

Nos Estados Unidos da América (EUA) é à *Library of Congress* (LoC) que se deve a maior compilação de listas e guias de diversas instituições americanas com coleções de fotografia, desde bibliotecas, museus, arquivos, sociedades históricas, entre outros. Através da página *Pictorial Collection Guides*:

representative examples (Library of Congress, sem data) é possível aceder às coleções de cada instituição, mas também estabelecer relações entre as diferentes coleções, destacar as mais significativas, obter endereços para outros repositórios americanos e conhecer bibliografia de referência. De salientar, também, o trabalho levado a cabo pela ALIC – *Archives Library Information Center*, que em 2002 compilou os *links* relativos a coleções fotográficas de várias instituições americanas como a LoC, bibliotecas públicas e privadas, projetos, etc, bem como uma lista de guias, catálogos e índices de espólios de várias instituições (*Digital Photography Collections, 2016*).

Em 1949, no Canadá, foi criada a *Royal Commission on National Development in the Arts, Letters and Sciences*, fruto da consciência governamental para a importância das artes e da cultura na preservação da identidade nacional. Esta comissão determinou a proteção dos documentos em todo o seu ciclo de vida e a aquisição de documentos particulares relacionados com o Canadá, independentemente do seu suporte, idade ou origem, encorajando-se, assim, a aquisição de fotografias, filmes, cartografia, correspondência privada e demais documentação cuja gestão, em determinados casos, acabou por originar a criação de repositórios especializados em função das tipologias documentais (Pereira, 2018). Em 1985 é criado o *Canadian Council of Archives* (CCA), cuja missão era desenvolver uma rede abrangente de instituições arquivísticas. Atualmente, o CCA, em iniciativa conjunta com o *Provincial and Territorial Archival Networks* e a *Library and Archives Canada*, gere o portal *Archivescanada.ca*, a partir de onde é possível navegar por todas as instituições arquivísticas, escolhendo a localização geográfica, área temática ou tipologia documental, utilizando os vários filtros de pesquisa disponíveis. A pesquisa efetuada em Novembro de 2023 permitiu identificar 962 fundos e 122 coleções fotográficas, transversais a várias instituições arquivísticas (*Archives Canada, sem data*).

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa baseia-se numa abordagem qualitativa e investigação e análise documental. A investigação documental é fundamental para realizar revisões de literatura ou estados da arte sobre determinado tema, i.e., obter conhecimento sobre os trabalhos existentes na área, identificar questões cruciais ou lacunas no estado atual do conhecimento, permitindo assentar a investigação em conhecimento científico já produzido (Silva, 2021).

Nesse sentido, fez-se uma revisão de literatura assente em quatro tarefas principais: exploração da bibliografia de base, recorrendo aos autores de referência e teorias recentes sobre arquivos fotográficos e fundos ou coleções de fotografia; pesquisa exploratória sobre documentação fotográfica em contexto arquivístico através da recolha da literatura científica nacional e internacional, tendo por base uma pesquisa de carácter seletivo para identificar textos em repositórios e bases de dados *online* (*Web of Science (Information Science & Library Science)*, B-on (Biblioteca do Conhecimento *Online*) e OASIS (Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto) sendo que os termos utilizados para delimitar as pesquisas, por títulos e assuntos, foram “fotograf*”, “document*+fotograf*” e “fotograf*+arquivo”, nos idiomas de português, inglês e espanhol, com uma delimitação temporal balizada entre 2003-2022 (20 anos); pesquisa exploratória no portal *Scimago Journal & Country Rank*, nomeadamente a recolha da literatura científica nacional e internacional nas revistas científicas indexadas de acordo com a informação da Scopus, através da seleção de revistas e boletins na área *Social Sciences/Library and Information Sciences* (2017-2022), em revistas com acesso aberto do primeiro ao quarto quartis, para identificar textos e autores relacionados com a temática a investigar, e análise das referências bibliográficas citadas pelos autores no sentido de identificar literatura científica e outras referências úteis à investigação. Estas pesquisas foram efetuadas entre Maio e Novembro de 2023, em português, inglês, espanhol e francês, tendo sido regularmente

atualizadas através da subscrição do serviço de alerta das diferentes bases de dados.

Constituído o *corpus*, i.e., o conjunto de documentos a ter em conta para serem submetidos ao processo analítico, foram tidas em conta a regra da exaustividade, a regra da homogeneidade (para se conseguir obter resultados globais ou comparar entre si resultados individuais) e a regra da pertinência (os documentos correspondem ao objetivo que motivou a análise). O processo analítico assentou no método de análise de conteúdo, bem como na análise documental resultante da pesquisa bibliográfica (Bardin, 2009).

4 Análise e Discussão dos Resultados

Através da análise dos trabalhos de recenseamento, levantamento e registo a nível internacional descritos no referencial teórico, é-nos permitido inferir resultados, ainda que parciais, do panorama do conhecimento de instituições detentoras de documentação fotográfica a nível internacional.

Embora não seja possível determinar com precisão quantos e qual o volume exato de fundos e coleções existentes, foram identificadas instituições com documentação fotográfica em 42 países, nomeadamente, Albânia, Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Finlândia, Geórgia, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Letónia, Lichtenstein, Noruega, Polónia, República Checa, Roménia, Suécia e Suíça (Klijn & Lusenet, 2000), Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai (Donato & Lopez, 2022), Brasil (Donato & Lopez, 2022; López & Madio, 2014), Canadá (*Archives Canada*, sem data), Cuba, Hungria, Japão, Líbano, Luxemburgo e Rússia (Lázaro, 2012), Espanha (Heredia Herrera, 2016; Klijn & Lusenet, 2000; Lázaro, 2012; Salvador Benítez, 2017; Sánchez Vigil et al., 2023), Estados Unidos da América (Lázaro, 2012; *Library of Congress*, sem data), França (Heredia Herrera, 2016; Klijn & Lusenet, 2000), Itália (*Censimento Fotografia Itália*, sem data; Klijn & Lusenet, 2000), México (Donato & Lopez, 2022; González Reyes et al., 2001; Ramos Fandiño & Gutiérrez Chinas, 2011), Portugal (Cunha,

2024; Klijn & Lusenet, 2000) e Reino Unido (Klijn & Lusenet, 2000; Pereira, 2018).

A preocupação com a preservação de documentos fotográficos remonta à primeira metade década de 1940 do século XX, com a publicação, em 1949, do primeiro reportório de coleções fotográficas de França, sendo uma constante a partir da década de 1980 até aos dias de hoje, com maior ou menor atividade consoante o país. Esta preocupação traduz-se nas iniciativas levadas a cabo em cada país, sendo disso exemplo o sem número de catálogos de exposições, monografias, trabalhos académicos e científicos, congressos internacionais e exposições, fixas ou itinerantes.

As instituições identificadas são de âmbito local, nacional e internacional, públicas e privadas, entre arquivos (alguns exclusivamente fotográficos), bibliotecas, museus, centros de investigação e documentação, sociedades de fotografia, centros culturais, cinematecas e universidades, entre outras.

Os relatórios e pareceres decorrentes dos diversos inquéritos e recenseamento efetuados permitem apreender que os problemas relacionados com a manutenção, conservação e tratamento arquivístico deste tipo de documentação são transversais aos países e instituições detentoras, salientando, entre outros, a dificuldade em identificar as instituições que detêm documentação fotográfica, sobretudo quando esta não se encontra tratada ou está anexa a outra documentação (Heredia Herrera, 2016); a falta de pessoal técnico especializado em conservação de fotografia e, quando existente, concentrado em poucas instituições, normalmente nas de maiores recursos (Boadas i Raset, 2021; Klijn & Lusenet, 2000; Ramos Fandiño & Gutiérrez Chinas, 2011); a inexistência de políticas locais, nacionais e internacionais de preservação e de coordenação de atividades (Boadas i Raset, 2021; Klijn & Lusenet, 2000; López & Madio, 2014; Salvador Benítez, 2014); a inexistência de modelos específicos para descrição de fotografia, utilizando-se os mesmos modelos que para outros materiais ou normas

elaboradas por cada uma das instituições (em arquivos, bibliotecas e museus), com termos demasiado técnicos e muitas vezes pouco acessíveis ao utilizador comum (Donato & Lopez, 2022; Foix Navarro & Alonso Fernández, 2014; Klijn & Lusenet, 2000; Ramos Fandiño & Gutiérrez Chinas, 2011; Salvador Benítez, 2017); a preocupação com o armazenamento e controle ambiental na maioria das instituições (Klijn & Lusenet, 2000); a digitalização entendida como meio de proteção dos originais, sem grande preocupação com a preservação digital (Klijn & Lusenet, 2000) e número diminuto de documentos tratados e disponíveis *online*, em função da totalidade de cada instituição, prejudicando a sua difusão e conhecimento (Donato & Lopez, 2022; Foix Navarro & Alonso Fernández, 2014; Ramos Fandiño & Gutiérrez Chinas, 2011).

Daqui resulta, segundo os autores dos documentos analisados, a necessidade de estabelecer orientações para a intervenção em documentos fotográficos, a promoção de atividades e recursos formativos, a criação de ferramentas de gestão que possam ser aplicadas diretamente aos arquivos com fotografia (Boadas i Raset, 2021; Klijn & Lusenet, 2000); o estabelecimento de regras para a normalização do tratamento e acesso à informação, nomeadamente no que respeita ao acesso e uso da informação de acordo com as normas de transparência e liberdade de informação (Pereira, 2018); a pertinência da criação de bases de dados a nível nacional, contribuindo para a criação de modelos e uniformização da organização, descrição e acesso à documentação (López & Madio, 2014) e a necessidade de medir o impacto da modernização tecnológica, nomeadamente quanto a políticas de digitalização e disponibilização *online* dos documentos fotográficos (Ángeles Jiménez, 2014).

5 Considerações Finais

As instituições visadas nos diferentes documentos consultados guardam, no seu conjunto, mais de 120 milhões de fotografias. Importa, antes de mais, salientar que as categorias de instituições de memória diferem

de país para país e que ao analisar informações de países de dimensões substancialmente diferentes, as conclusões terão de ser, necessariamente, adequadas a cada realidade. Para além da dimensão, contribuem para esta disparidade razões de ordem financeira e cultural, dependentes de políticas individuais e maior ou menor orientação para a preservação do património arquivístico (não exclusivamente fotográfico). Certamente que os exemplos não se esgotam nos agora apresentados e é possível que alguns se encontrem desatualizados, mas esta pesquisa bibliográfica identificou levantamentos e recenseamentos a nível internacional que nos permitem compreender as características que os aproximam e os distanciam.

É visível a preocupação e o alerta para a necessidade de trabalhar a questão da documentação fotográfica em várias vertentes, desde logo ao nível de políticas nacionais e internacionais de preservação de coleções e fundos fotográficos, bem como a necessidade de quantificar, inventariar e analisar este património para que seja devidamente protegido.

Se a digitalização e divulgação online facilitam a consulta, relembramos Sánchez Vigil et al. (2023) quando afirmam que nem todo o património é digital e nem tudo pode ser digitalizado, o que significa que milhares de espécies permanecem invisíveis e inacessíveis. Estes levantamentos tornam-se, assim, essenciais para um conhecimento mais objetivo da realidade individual e coletiva.

A originalidade deste trabalho reside no fato de abordar o “estado da arte” e apresentar uma panorâmica internacional da produção científica na área. Este estudo insere-se numa investigação de doutoramento em Ciência da Informação, cujo objetivo geral é conhecer a realidade da documentação fotográfica existente nos arquivos municipais portugueses, sendo, por isso, fundamental conhecer casos internacionais que concorram aos mesmos objetivos. Este é um trabalho em permanente atualização, dadas as características da documentação analisada e das constantes inovações técnicas com ela relacionada.

6. Referências

- Agustín Lacruz, M. del C., & Torregrosa Carmona, J.-F. (2019). *Formas de mirar. Usos informativos y documentales de la fotografía*. Ediciones Trea.
- Ángeles Jiménez, P. (2014). Un panorama de los archivos fotográficos em México. *Del artefacto mágico al píxel. Estudios de fotografía.*, 113–122.
- Archives Canada. (sem data). Obtido 25 de novembro de 2023, de <https://archivescanada.ca/>
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (4.ª ed.). Edições 70.
- Boadas i Raset, J. (2021). *Diccionario Boadas para la gestión de archivos*. Ediciones Trea.
- Castro, B. G. de. (2014). Arquivos fotográficos em Portugal: Estado da arte. Em *Del Artefacto Mágico al Píxel. Estudios de Fotografía—XXIII Jornadas FADOC. I congresso internacional de documentación fotográfica* (pp. 71–92). Facultad de Ciências da Comunicación de la UCM.
- Censimento Fotografia Itália*. (sem data). www.censimento.fotografia.italia.it. Obtido 6 de novembro de 2023, de <http://www.censimento.fotografia.italia.it/>
- Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica*. (sem data). Obtido 4 de novembro de 2023, de <http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/portada.htm>
- Centro de Información Documental de Archivos. (2014). *Censo-guía de archivos de España e Iberoamérica. Informe sobre fondos fotográficos* (Anexo 5.2; pp. 130–164). Ministerio de Educación, Cultura y Deporte/ Secretaria de Estado de Cultura.
- Cunha, S. S. (2024). A documentação fotográfica em instituições de memória municipais: O caso dos arquivos municipais portugueses—Uma revisão de literatura. *Diálogos na Ciência da Informação: Atas do XIV Encontro EDICIC*, 367–377.
- Dias, M. I. C. D. (2012). *Diagnóstico ao estado dos arquivos fotográficos em Portugal: A importância da fotografia nos Centros Especializados de Arquivo* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal]. <http://hdl.handle.net/10362/10247>
- Digital Photography Collections*. (2016, agosto 15). National Archives. <https://www.archives.gov/research/alic/reference/photography>
- Donato, J. A., & Lopez, A. P. A. (2022). Bibliofoto: Repertório bibliográfico latino-americano sobre documentos fotográficos em arquivos: Estudos e procedimentos. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 35(1), Artigo 1. https://doi.org/10.14195/2182-7974_35_1_4
- Foix Navarro, L. F., & Alonso Fernández, J. A. (2014). Los servicios al usuario en los archivos fotográficos patrimoniales de Cataluña. *Métodos de información*, 5(9), Artigo 9. <https://doi.org/10.5557/IIMEI5-N9-239262>
- González Reyes, G., Centro de la Imagen (Mexico), & Consejo Nacional para la Cultura y las Artes (Mexico) (Eds.). (2001). *Directorio de archivos, fototecas y centros especializados en fotografía*. CONACULTA.
- Guimarães, P. E., & Paz, L. (2014). Os arquivos das casas-museu em Portugal: Um diagnóstico preliminar. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, 1, 79–101.
- Heredia Herrera, A. (2016). A fotografia e os arquivos. *Revista Photo & Documento*, 0(2), Artigo 2.
- Klijn, E., & Lusenet, Y. de. (2000). *In the picture: Preservation and digitisation of European photographic collections*. European Commission on Preservation and Access.
- Lázaro, F. J. (2012). Directorio electrónico de instituciones con fondos fotográficos digitalizados. *Artigrama: Revista del Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Zaragoza*, 27, 333–357.
- Library of Congress. (sem data). [Web page]. Library of Congress, Washington, D.C. 20540 USA. Obtido 6 de novembro de 2022, de <https://www.loc.gov/>

- López, A. P. A., & Madio, T. C. de C. (2014). Colecciones y fondos fotográficos de Brasil: Un pequeño mosaico. *Del artefacto mágico al píxel. Estudios de fotografía.*, 39–54.
- Miranda, M. F. M. da S. C. de. (2022). *Archivo fotográfico de las cámaras municipales en Portugal: La fotografía como información y como documento* (p. 1) [Universidad de Extremadura]. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=307945>
- Pereira, Z. M. C. (2018). *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: Identificação e valorização* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. <http://hdl.handle.net/10174/23260>
- Photographic and Audiovisual Archives Working Group—PAAG. (sem data). ICA. Obtido 4 de junho de 2023, de <https://www.ica.org/en/about-photographic-and-audiovisual-archives-working-group>
- Ramos Fandiño, G. P., & Gutiérrez Chinas, A. (2011). Organización de fondos fotográficos en México. *Documentación de las Ciencias de la Información*, 34, 101–117. https://doi.org/10.5209/rev_DCIN.2011.v34.36448
- Salvador Benítez, A. (2005). Los archivos y el patrimonio fotográfico: Estrategias de gestión y difusión cultural. Em P. Amador Carretero, J. Robledano Arillo, & M. R. Ruiz Franco (Eds.), *Terceras Jornadas Imagen, Cultura y Tecnología* (pp. 47–58). Universidade Carlos III, Editorial Archiviana.
- Salvador Benítez, A. (2014). De la gestión del patrimonio fotográfico en las instituciones. *Del artefacto mágico al píxel. Estudios de fotografía.*, 319–328.
- Salvador Benítez, A. (2017). La difusión del patrimonio fotográfico. Logros y retos del Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica. Em *La red de archivos estatales españoles: Retrospectiva en el tiempo y propuestas de futuro* (pp. 215–241). Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas.
- Sánchez Vigil, J. M. (2014). Documentación fotográfica. Visión Internacional. *Del artefacto mágico al píxel. Estudios de fotografía.*, 27–37.
- Sánchez Vigil, J. M., Salvador Benítez, A., & Olivera Zaldua, M. (2023). *Colecciones y fondos fotográficos*. Ediciones Trea.
- Silva, C. G. da. (2021). Investigação Documental. Em S. P. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques, *Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações* (pp. 103–123). PACTOR.
- The National Archives. (sem data). [Text]. The National Archives; The National Archives. Obtido 25 de novembro de 2023, de <https://www.nationalarchives.gov.uk/>

NOTAS

ⁱ Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através do programa de bolsas de investigação para doutoramento (referência 2024.03574.BD)